



DILEMAS CORPORAIS: A SITUAÇÃO CARCERÁRIA DE MULHERES TRANSEXUAIS NO ESTADO DE SERGIPE - BRASIL

Body Dilemmas: The Prison Situation of Transsexual Women in the State of Sergipe - Brazil

Fran Espinoza

Universidade Tiradentes, Aracaju, SE, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9627223998627491> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7882-5449>

E-mail: espinoza.fran@gmail.com

Grasielle Borges Vieira de Carvalho

Universidade Tiradentes, Aracaju, SE, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1559856912843529> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4453-5889>

E-mail: grasiellevieirac@gmail.com

Fernanda Lacerda Chagas Britto

Universidade Tiradentes, Aracaju, SE, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460636362333698> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3134-7205>

E-mail: flacerda.britto@gmail.com

Trabalho enviado em 22 de fevereiro de 2021 e aceito em 16 de setembro de 2021



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 15, N.01., 2022, p. 397-419.

Fran Espinoza, Grasielle Borges Vieira de Carvalho e Fernanda Lacerda Chagas Britto

DOI: 10.12957/rqi.2022.57950

RESUMO

Ao pesquisar o contexto carcerário, percebemos que os valores sociais de discriminação são reflexo da sociedade fora das grades. O presente artigo tem por objetivo analisar a situação carcerária de mulheres transexuais e travestis, com o intuito de entender as possíveis razões de elas ainda preferirem manter-se em prisões masculinas, quando existe determinação legal para que possam ser transferidas para as penitenciárias femininas. Com esse intento, apresenta-se uma pesquisa qualitativa a fim de descrever o fenômeno, utilizando-se como método o estudo de caso, no qual se inicia com uma revisão conceitual, abrangendo a literatura clássica e atual, no que se refere a identidade de gênero, transgeneridade e cárcere. Ainda, utiliza-se de fontes secundárias como o levantamento de dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e análise do pedido de transferência feito pelo Ministério Público de Sergipe através de ação civil pública. Ao final do estudo, observa-se que a ala LGBTQIA+, instituídas nos presídios masculinos, revela-se como uma medida válida para efetivação e proteção dos direitos dessas mulheres.

Palavras-chave: Mulheres transexuais. Travestis. Cárcere. Invisibilidade. Transgeneridade.

ABSTRACT

When researching the prison context, we realized that the social values of discrimination are a reflection of society outside the prisons. This article aims to analyze the prison situation of transsexual and transvestite women, in order to understand the possible reasons why they still prefer to remain in male prisons, when there is a legal determination that they can be transferred to female penitentiaries. With this intent, a qualitative research is presented in order to describe the phenomenon, using the case study as a method, which begins with a conceptual review, covering the classic and current literature, regarding the identity of gender, transgender and imprisonment. Still, it uses secondary sources such as data collection from the Ministry of Women, Family and Human Rights and analysis of the transfer request made by the Public Ministry of Sergipe through public civil action. At the end of the study, it is observed that the LGBTQIA+ wing, established in male prisons, reveals itself as a valid measure for the realization and protection of these women's rights.

Keywords: Transgender women. Transvestites. Prison. Invisibility. Transgender.



1 INTRODUÇÃO

O Estado de Sergipe possui 2,22 milhões¹ de habitantes. Em se tratando de população carcerária, o ente federativo é responsável pela custódia de 5.469 internos, em sua maioria, provisórios², quando sua capacidade limite é para 3.087 custodiados. Ou seja, existe uma superpopulação de 76,9%, superando, por exemplo, os dados penitenciários da Bahia.

Hoje, o maior problema enfrentado pelo cárcere brasileiro reside na superlotação de suas estruturas, representando uma taxa de 166%³. Isto posto, além das garantias fundamentais diametralmente violadas, as políticas organizacionais restam prejudicadas para estabelecer a melhor disposição e uso. Daí, observa-se que os processos de marginalizações em detrimento de condutas ou expressões que destoam do padrão hegemônico ocorrem de forma milenar na sociedade, refletindo inclusive no contexto carcerário a perpetuação de preconceitos e discriminações, mormente no que concerne a identidade de gênero.

De acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (2020) sobre a população LGBTQIA+⁴ encarcerada, existem 163 transexuais custodiados em unidades masculinas e apenas 03 em presídios femininos em todo o Brasil. Para tentar sanar alguns problemas organizacionais, em virtude de suas demandas exclusivas dessa população, idealizou-se a reserva de um espaço unicamente para internos integrantes da sigla.

Em Sergipe, criou-se, há dois anos, após determinação da Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor – SEJUC, a ala LGBTQIA+ do Complexo Penitenciário Manoel Carvalho Neto – COMPECAN, sendo a única existente no sistema penitenciário sergipano destinada a custodiar mulheres transexuais, travestis e homens gays.

Em que se pese a criação da ala especial ser um marco notório no reconhecimento e proteção aos direitos LGBTQIA+, observa-se que ainda se trata de população vulnerável em cárcere no estado,

¹ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se>>. Acesso em 02 de agosto de 2021.

² MELO, Laís de. Sergipe tem 5.469 presos para 3.087 vagas. Jornal da Cidade. Sergipe. 2019. Disponível em: <<http://www.jornaldacidade.net/cidades/2019/09/311790/sergipe-tem-5469-presos-para-3087-vagas.html>>. Acesso em 02 de agosto de 2021.

³ MARTINES, Fernando. Brasil tem superlotação carcerária de 166% e 1,5 mil mortes em presídios. Revista Consultor Jurídico. 2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-ago-22/brasil-lotacao-carceraria-166-15-mil-mortes-presidios>>. Acesso em 02 de agosto de 2021.

⁴ Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexuais, assexuados e mais.



diante da constante violência física, sexual e psicológica por parte dos outros custodiados, bem como dos próprios agentes penitenciários, sendo imprescindível entender as dificuldades da proteção de Direitos Humanos das Pessoas LGBTQIA+, em especial, pessoas transgêneras dentro do sistema carcerário, uma vez que não se resume simplesmente ao reconhecimento da identidade de gênero.

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar os motivos de mulheres transexuais e travestis preferirem manter-se custodiadas em presídios masculinos, ainda que estas sejam vítimas de constantes abusos e violações nesses espaços, principalmente no que concerne ao desrespeito por sua identidade de gênero, quando existe deferimento de liminar pelo Supremo Tribunal Federal (STF) permitindo a transferência dessa população para presídios femininos.

Em razão do recorte espacial, analisa-se o pedido de transferência feito pelo Ministério Público do Estado de Sergipe, através da Ação Civil Pública nº 201911201905, pontuando o fato de que se trata de uma transferência compulsória desse grupo de prisões masculinas para femininas, em uma tentativa estritamente legal de reconhecer suas identidades de gênero, não se preocupando, de fato, com as vulnerabilidades as quais elas estão sujeitas.

A hipótese acaba sendo comprovada com os relatos extraídos dos dados divulgados no Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramentos, o que coloca em xeque o pedido ministerial. Isto porque o estado olvida-se em avaliar: 1. questões materiais, no que se refere ao funcionamento dos presídios masculinos, uma vez que, com a rotatividade de visitas, existe um mercado de acesso a produtos necessários a sobrevivência; 2. questões afetivas e familiares, posto que muitas mulheres transexuais e travestis possuem parceiros dentro do cárcere; 3. transfobia, visto que, em um presídio feminino, essas mulheres estão sujeitas ao preconceito por não serem aceitas enquanto mulheres.

Quanto a sua organização, o artigo se divide em duas partes. A primeira parte, intitulada Transgeneridade e cárcere: dupla penalização dos corpos transexuais e travestis, onde se apresenta o sistema sociocultural de construção do conceito mulher, buscando demonstrar como a realidade transfóbica pautada na binaridade entre sexo e gênero e como a ideia do cárcere reflete tais concepções. Abre-se, ainda, um subtópico para explicar a situação e vivências carcerárias dessas mulheres no Estado, revelando o funcionamento e peculiaridades do local, sob o título de Realidade das mulheres transexuais e travestis encarceradas em Sergipe.



A segunda parte busca analisar o pedido de transferência realizado pelo Ministério Público, tomando como base a Ação Civil Pública nº 201911201905, fazendo contraponto com os relatos apresentados no relatório federal, assumindo como inviável a proteção aos direitos humanos pautados unicamente no reconhecimento da identidade de gênero.

Para responder ao problema e atender aos objetivos, utilizou-se o método qualitativo, fazendo-se uso da ferramenta descritiva de forma a identificar as possíveis razões de essas mulheres preferirem manter-se em penitenciárias masculinas, buscando entender as subjetividades presentes. Consiste, portanto, em um estudo de caso sobre a situação carcerária atual, visto que esse instrumento permite um estudo detalhado e exaustivo do objeto, fornecendo conhecimentos profundos. Com o escopo de detalhar o objeto da pesquisa, utilizou-se o levantamento de dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e análise do pedido de transferência feito pelo Ministério Público de Sergipe. Além disso, a revisão bibliográfica funcionou como instrumento para os estudos sobre identidade de gênero e transgeneridade, trabalhando com a quebra de teoria dicotômicas de gênero proposta por Judith Butler (2015 e 2020).

2 TRANSGENERIDADE E CÁRCERE: DUPLA PENALIZAÇÃO DOS CORPOS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

Considerando gênero como uma construção histórica e cultural em meio às relações sociais, não se pode olvidar daqueles que buscam romper com os papéis de gênero biologicamente impostos e pautados no binarismo. A sociedade constrói gênero através de conceitos opostos: o que homem é, mulher não é, e vice-versa (RENZETTI, 1999).

Assim, as pessoas são designadas homens ou mulheres de acordo com seu sexo, e, portanto, masculinas ou femininas, no tocante ao seu gênero. Estes conceitos estendidos ao social e baseados na categorização ideológica dos fenômenos, consideram normais aqueles indivíduos em que seu gênero e sexo anatômico coincidem, ou patológicos, caso não assumam o papel social imposto. Essas designações permeiam as relações de forma a moldar reprodução, sexualidade, identidade de gênero, feminilidades, masculinidades, práticas sexuais, modelos de relacionamento e família (SERRA, 2018, p. 48). De acordo com Butler (2015), existe um “enquadramento”, ou seja, uma forma em que alguns indivíduos estão completamente “encaixados” no molde do aceitável enquanto outros não são



reconhecidos por ela. Nesse sentido, as pessoas transexuais e travestis estão fora do padrão, tornando-se abjetos por não se encaixarem nesse duplo (SERRA, 2018, p. 47).

O abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’. [...] Assim, recebemos uma produção diferenciada, ou uma materialização diferenciada, do humano. E também recebemos, acho eu, uma produção do abjeto (PRINS; MEIJER, 2002, p. 162).

A partir disso, tem-se que reconhecimento é viabilizado através de normas, convenções e regras gerais que atuam criando contornos para pessoas se tornarem indivíduos reconhecíveis, ou seja, sujeitos de direito. Essas normas são advindas de interações sociais, culturais e políticas. Butler (2015, p. 14). ainda diz que as molduras perpassam operações de poder: “estão politicamente saturadas, elas são em si mesmas operações de poder”. Significa dizer que as categorias de gênero e sexo são regulatórias através de sua materialização, tornando algumas pessoas mais visíveis as normas do que outras, ocasionando o processo de desumanização daqueles que não estão “enquadrados” e, conseqüentemente, invisíveis.

Essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados requer a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo do domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘não-vivíveis’ e ‘inabitáveis’ da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do ‘inabitável’ é necessário pra circunscrever o domínio do sujeito (BUTLER, 2020, p. 17).

Nesse mesmo sentido, o sistema penitenciário constrói-se sob a lógica da dominação binária por separação de gênero, no qual se reproduz políticas androcêntricas que não contemplam as peculiaridades de mulheres transexuais e travestis nos seus mais diversos aspectos. Essa construção também segue “critérios de inteligibilidade historicamente revisáveis que produzem e conquistam os corpos que importam” (BUTLER, 2020, p. 37) para as normas. Da mesma forma, o cárcere, segundo Foucault (1997), existe como forma de punição pautado na disciplina, funcionando de acordo com a idealização de valores sociais sobre bem ou de mal (desviante), cujo objetivo é a “normalidade” de suas vítimas.

Por isso, é igualmente importante pensar sobre como e até que ponto os corpos são construídos e sobre como e até que ponto os corpos não são construídos, e, posteriormente, perguntar como os corpos que fracassam nessa materialização

fornece o ‘exterior’ necessário, se não o apoio necessário, para os corpos que, na materialização da norma, se qualificam na categoria de corpos que importam (BUTLER, 2020, p. 40).

Nesse ponto, mulheres transexuais e travestis encarceradas estão sujeitas a um conjunto de processos sociais que as colocam em situação de vulnerabilidade como abandono familiar, expulsão escolar, desemprego, prostituição, entre outras situações (GARCIA, 2008; JIMENEZ; ADORNO, 2009).

Segundo dados divulgados pela Organização Não Governamental Transrespect Versus Transphobia (2014), o Brasil detém o primeiro lugar na lista de países que mais matam transexuais e travestis. Além disso, informa também que o preconceito é um dos maiores impeditivos para essa população ingressar legalmente no mercado de trabalho, demonstrando elevados índices de prostituição entre mulheres transexuais e travestis, em virtude das condições de miserabilidade que lhes são impostas. Saliente-se que não se deve enfrentar a questão da prostituição por essas mulheres por razões meramente moralistas, mas pela ótica de um problema social, visto que lhes faltam oportunidades empregatícias diversas.

Basta uma rápida olhada nos anúncios de emprego para deixar claro que o mercado de trabalho possui uma estrutura segmentada pelo gênero-definido pela dicotomia convencional homem/mulher. Muitos valores subjetivos e avaliações estão embutidos nesta divisão - sobre aquilo que um homem ou uma mulher pode ou deve fazer. Pessoas com uma ambiguidade de gênero poderiam causar confusão e sentir rejeição, por não se encaixarem facilmente nos nichos que existem no mercado de trabalho. A mesma ambiguidade pode ser vista como algo capaz de perturbar o desempenho da função, principalmente num mundo onde muitas ocupações se exercem vinculadas à apresentação e conservação da imagem` (ADELMAN, 2003, p. 19).

Dessa forma, produz-se condições favoráveis à captação dessa população pelas atividades ilícitas, principalmente por questão de sobrevivência diante da exclusão social e processos de marginalização. A proporção expressiva da faixa etária dos 18 aos 29 anos⁵ é um indicativo que reitera, não apenas o alto grau de vulnerabilidade vivenciado por mulheres transexuais e travestis, mas também como o sistema prisional é especificamente seletivo para esse público.

⁵ BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Relatório LGBT nas prisões: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramentos. 2020, p. 24. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>> Acesso em 12 de maio de 2021.



As prisões brasileiras, masculinas e femininas, são instituições reconhecidamente marcadas pela violação integral da dignidade da pessoa humana. Incapazes de implementar e cumprir a função social da pena, seja pela falta de estrutura ou pela superlotação, as penitenciárias não resgatam a cidadania de seus apenados, operando radicalmente no sentido oposto. No que concerne a mulheres transexuais e travestis, os presídios sequer são pensados para o seu acolhimento, visto que elas são tratadas como homens, tendo suas características de feminilidade e peculiaridade desprezadas, por não corresponder a sua identidade de gênero.

Na prisão as travestis representam a sujeição do feminino por meio de práticas consideradas subalternas. Elas e os homossexuais têm papel importante na manutenção de um sistema binário que se fundamenta, entre outras coisas, na consideração de que o lugar do masculino é do mando, e o do feminino, de ser mandado [...] Tudo isso significa que o espaço da prisão as travestis representam identidades femininas assujeitadas; primeiro porque a ordem sexual que privilegia o masculino em detrimento do feminino apresenta essa dominação como algo natural, inevitável e necessário, fazendo com que a classe dominada aceite e internalize essa ordem (BORRILLO, 2010), e segundo, porque suas identidades de gênero travestis são historicamente subalternizadas, quer dizer, não representam, para o senso comum, uma identidade feminina “legítima, “pura” (FERREIRA, 2015, p. 182-185).

Inseridas nesse cenário, mulheres transexuais e travestis, já imbuídas com a carga social de preconceitos em torno das questões de gênero que as marginaliza, além de serem obrigadas a explicar o porquê de seu destino carcerário, são vítimas sistemáticas de violação de direitos, diante dos processos de múltiplas exclusões (BRASIL, 2020, p. 94).

Consequentemente, é possível observar uma dupla penalização dessas mulheres, posto que, além de cumprirem a uma pena privativa de liberdade, estão à mercê de constantes torturas praticadas pelos agentes públicos, humilhações, abusos sexuais, proibição de tratamentos hormonais, entre outras violações que impactam frontalmente e desrespeitam sua identidade de gênero. À vista disso, observa-se que sistema prisional é constituído pelos grupos socialmente excluídos, sendo ele responsável por aprofundar os processos de segregação por meio de seu funcionamento em prol da manutenção do *status quo* da sociedade (LIMA; NASCIMENTO, 2014, p. 5).

Muito embora o movimento LGBTQIA+ tenha obtido vitórias no reconhecimento de direitos para essa população, como o tratamento por sua identidade de gênero e nome social, inclusive dentro do sistema punitivo, com a criação de uma ala especial para mulheres transexuais, travestis e homens



gays, em presídios masculinos, através da Resolução Conjunta nº 1, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT), tais medidas ainda são insuficientes (BRASIL, 2020, p. 12).

Ao passo em que, segundo o levantamento realizado por esse estudo, apenas 21% das unidades respondentes contam com ala/cela destinada à custódia de LGBT, 77% das autodeclarações, ou seja, LGBT que declaram abertamente sua sexualidade e identidade de gênero, se concentram em prisões que possuem alas/celas para essa população (BRASIL, 2020, p. 20).

Além do exposto, ainda são comuns os relatos de violências direcionadas a estas mulheres durante o cumprimento da pena. Isto porque, como vem sendo discutido ao longo deste trabalho, o cárcere não foi pensado para receber seus internos, como tampouco para prepará-los a reinserção na social. Pelo contrário, a ideia prisional parte da política de extermínio dos “indesejados” na sociedade, corpos marginalizados, periféricos e fora do padrão heterocisnormativo branco patriarcal.

A análise da relação entre o cárcere e as questões de gênero, com enfoque na transexualidade, são realidades sociais que devem ser consideradas no ambiente prisional, reconhecido pelo seu desrespeito as garantias fundamentais mínimas, a fim de conceder uma tutela efetiva sob o prisma da dignidade humana.

2.1 Realidade das mulheres transexuais e travestis encarceradas em Sergipe

O Brasil é conhecido por ter a terceira maior população carcerária do mundo, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2017, divulgado pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do Ministério da Segurança Pública. Assim, aliado ao baixíssimo investimento público na estrutura física e técnica das prisões, o sistema penitenciário, já falido, vem buscando formas de realizar a gestão de seus apenados. Por assim ser, admite-se a impossibilidade de universalidade dos serviços oferecidos pela prisão (acompanhamento psicológico, assistência social, educação e saúde) e foca-se na realização “do que dá para fazer”.

A estrutura penitenciária de Sergipe é composta por 08 (oito) unidades prisionais, sendo apenas o Presídio Feminino – PREFEM, exclusivamente para pessoas do gênero feminino, e o Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto – COPECAN, o único a possuir uma ala especial destinada a custódia da população de mulheres transexuais, travestis e homens gays.



O cárcere, em si, é uma instituição reconhecida pela proposta de isolamento social daqueles que desrespeitam as normas de convivência, sendo uma forma de exercício do poder estatal. Costa (2011, p. 63) apresenta a análise desse espaço pela perspectiva de Goffman (2003), expondo peculiaridades das vivências carcerárias, como os processos de mortificação da individualidade devida à estruturação da cadeia, gerando fenômenos de desculturação ou subcultura carcerária, o que reflete na gradual incapacitação para o mundo exterior. Assim, a prisão não cumpre com sua função de reinserção social, especificados na Lei de Execução Penal (1984).

A criação de presídios exclusivamente voltados para mulheres ocorreu somente após relatos de casos de violências sexual. Por conta disso, as novas prisões apresentavam um perfil para com sua população encarcerada, ou seja, aquelas que não obedeciam ao padrão machista e patriarcal da sociedade, como prostitutas ou advindas de grupos socialmente marginalizados.

Muitas das presidiárias eram prostitutas que eram recolhidas aos presídios, e não se tem registros se estas mulheres eram julgadas e condenadas ou simplesmente presas pelos policiais e soltas conforme duas vontades. Vale lembrar que prostituição nunca foi considerada crime no Brasil, portanto estas mulheres eram enquadradas em crime de "vadiagem". É recorrente ler-se nos relatórios as críticas feitas ao fato de "moças de família", que praticaram aborto ou infanticídio devido a um devaneio momentâneo, ficarem juntas às "prostitutas do mais baixo meretrício". Assim, notamos que o próprio Conselho Penitenciário discriminava as "mais sujas" dentre as "mais sujas" da sociedade. E quem são elas? São justamente as que não cumprem seu papel de mulher, que não possuem sua sexualidade voltada para a satisfação do marido e para a procriação dos filhos. As prostitutas eram, desta forma, as piores criminosas aos olhos da sociedade, sem, contudo, terem cometido crime algum (HELPS, 2013, p. 170.).

Contudo, a existência de mulheres transexuais e travestis encarceradas quebra todos os estereótipos de padronização socialmente construídos em torno de gênero, sexo e identidade dentro das prisões. Assim, com modesta visibilização das pautas LGBTQIA+, as necessidades particulares dessa população, principalmente de mulheres transexuais e travestis, em um sistema penal violador de direitos, têm sido palco de debates, na busca por uma resposta às opressões e violações de direito constatadas. Tais questões implicaram na criação e implementação da Resolução Conjunta nº 01 (CNCD/LGBT e CNPCP), funcionando como um guia de direitos elencados a população LGBTQIA+ encarcerada, além de uma proposta de um protocolo de boas práticas para o tratamento penal digno dessa população nas prisões do Brasil.



Em Sergipe, relata-se ainda que, apesar de existir um presídio que tenha especificamente uma ala LGBTQIA+, não necessariamente presos que integrem a sigla são enviados para o local. Pelo contrário, muito embora o artigo 103 da Lei de Execução Penal (1984) recomende a permanência da interna em local próximo ao seu meio social e familiar, não se traduz em direito subjetivo de escolha do lugar para cumprimento de pena, visto que com as transferências são processadas de acordo com critérios de conveniência e de oportunidade da Administração Pública. Assim, o relatório federal (2020) descreve o tratamento violento pelos quais, sobretudo, mulheres transexuais e travestis são submetidas.

Antes de cair aqui eu era travesti. No COMPAJAF cortaram meu cabelo, então eu sou travesti por dentro mas por fora eu nem sei mais. A partir do momento que eu cortei os cabelos parece que aquela pessoa que era sumiu. Eu ainda me vejo como [nome omitido] mas não me vejo como eu era quando eu morava na rua. [...] Se eu viesse pra cá direto não tinham cortado meu cabelo. Sem falar dos constrangimentos que eu passei lá. Ficar nua na frente de vários homens. Quando tem baculejo [revista] tem que ficar nu na frente de um monte de homem (BRASIL, 2020, p. 74).

Quando a gente vai presa a gente passa por muito constrangimento, principalmente na Terra Dura [também conhecido como bairro Santa Maria]. Lá eles cortam o cabelo da gente, xinga a gente, humilha (BRASIL, 2020, p. 74).

Dessa forma, o COPECAN torna-se uma unidade referência sobre custódia da população LGBTQIA+, sendo possível evidenciar tentativas de acolhimento das demandas específicas pela equipe de gestão das unidades, como tratamento pelo nome social, bem como o curso protetivo das políticas institucionais. Contudo, o relatório revela a necessidade de cursos de formação para os agentes prisionais na totalidade (BRASIL, 2020, p. 74).

Apesar disso, o complexo penitenciário segue o padrão nacional de cárcere no que se refere às práticas de tortura desferidas contra a população LGBTQIA+ nas prisões. Evidencia-se que, no Brasil, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais estão sujeitos a maiores vulnerabilidades frente aos efeitos da precariedade do sistema prisional brasileiro.

Killings by police and by prison staff continue and are not isolated incidents. They most notably affect persons belonging to racial, sexual, gender and other minority groups. Conditions of detention often amount to cruel, inhuman or degrading treatment. Severe overcrowding leads to chaotic conditions inside facilities, and greatly impacts the living conditions of inmates and their access to food, water,



legal defence, health care, psychosocial support, work and education opportunities, as well as sun, fresh air and recreation⁶ (ONU, 2016, p. 19).

Em virtude dos fatos, a Comissão de Direitos Humanos da seccional sergipana da OAB já apresentou relatório em que descreve a situação do presídio como “uma afronta à dignidade humana, revelando-se uma verdadeira bomba-relógio” (BRASIL, 2018, p. 8) e por esta razão requereu sua interdição, que fora parcialmente provida pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, nos autos do Recurso em Mandado de Segurança nº 51.863. Assim, o presídio só está autorizado a receber novos presos caso esteja dentro do limite de 2.800 (dois mil e oitocentos) internos, apesar de possuir capacidade apenas para 500 (quinhentos) encarcerados (BRASIL, 2018, p. 8.064).

O relatório aponta, além da superlotação, problemas de alimentação insalubridade, instalação elétrica, acesso restrito à água, ausência de janelas, configurando um ambiente de tortura e condições desumanas. No mesmo sentido, o relatório do Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos aduz que as maiores demandas da população LGBTQIA+ encarcerada são pelo tempo de banho de sol, visto que sua ala não dispõe de horário para a atividade, estando sujeitos apenas a incidência de sol por alguns minutos diariamente, disponível no interior das celas (BRASIL, 2020, p. 73).

Além disso, por ser o único presídio com uma ala LGBTQIA+, o complexo penitenciário enfrenta, em específico, o inchaço populacional do espaço. Isto porque, além das constantes transferência de novos detentos para a unidade, é comum que, além das mulheres transexuais e travestis habitarem o setor, seus companheiros também ocupem as celas. (BRASIL, 2020, p. 75)

Outrossim, embora não exposto no relatório “LGBT nas prisões do Brasil”, mas fazendo uma análise conjunta ao relatório da OAB sobre o PREFEM, depreende-se que subsistem problemas de acesso à saúde por essas mulheres. Já no COPECAN, a enfermaria funciona de forma precária, sem atendimentos, medicamentos e materiais para urgência, havendo apenas tratamento paliativos (BRASIL, 2018, p. 7).

No PREFEM, as maiores demandas são de assistência médica específica, para tratamento e prevenção da saúde genital e sexual; e para de danos causados por álcool e outras drogas (BRASIL,

⁶ Os assassinatos pela polícia e agentes prisionais continuam e não são incidentes isolados. Eles afetam principalmente pessoas pertencentes a grupos minoritários de raça, sexualidade, gênero e outras minorias. As condições de detenção geralmente representam tratamento cruel, desumano ou degradante. A superlotação severa leva a condições caóticas dentro das instalações e afeta muito as condições de vida dos reclusos e seu acesso a comida, água, defesa legal, assistência médica, apoio psicossocial, oportunidades de trabalho e educação, além de sol, ar fresco e recreação.

2018, p. 11). Assim sendo, a realidade transgênera mostra-se negligenciada quanto, além do já supracitado, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e acompanhamento e acesso a terapia hormonal, acrescentada a dificuldade de acesso as medicações.

Além disso, um fenômeno acometido ao presídio feminino é o baixo índice de visitação dos familiares e abandono afetivo, sendo o PREFEM uma confirmação a regra (SANTOS, 2014, p. 71). Isso influencia diretamente no acesso às sacolas (mantimentos, cobertores, utensílios de higiene) pelas mulheres, além de impactar em sua estrutura psicológica e social. Todavia, no caso dos presídios masculinos, observa-se o excesso de sacolas, no qual presos com sobra colocam alguns itens a venda, permitindo que mulheres transexuais e travestis ali custodiadas e sem visitas familiares, tenham acesso a indispensáveis produtos a sobrevivência na prisão (BRASIL, 2020, p. 124). Situação que não é observada nos presídios femininos e que prejudicaria demasiadamente as condições mínimas de sobrevivência dessas mulheres.

3 ANÁLISE DO PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO: A REAL VULNERABILIDADE EM JOGO

Em 09 de dezembro de 2019, o Ministério Público do Estado de Sergipe através da 4ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão Especializada em Direitos Humanos, da 1ª Promotoria de Justiça das Execuções Criminais e da Comissão de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros propôs ação civil pública sob nº 201911201905 em face do Estado de Sergipe com pedido de tutela de urgência antecipada para transferir mulheres e homens transexuais para o Presídio Feminino do Estado – PREFEM.

Na referida ação, não se discute o reconhecimento do direito a identidade de gênero, visto que se trata de matéria já referendada pelo STF na Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 670.422/RS, tendo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitido provimento a fim de garantir maior proteção ao direito fundamental. Contudo, narra-se o desrespeito e a discriminação que essas mulheres e homens sofrem ao não estarem em um estabelecimento carcerário condizente com sua identidade.

Notadamente que o órgão busca efetivação dos direitos de uma população historicamente marginalizada, entretanto é necessário observar se a transferência é, de fato, a melhor medida a ser



tomada para proteger as mulheres transexuais encarceradas. Isso porque, apesar de o reconhecimento da identidade de gênero ser uma norma de eficácia plena e imediata, não necessariamente atende aos interesses e demandas dessa população.

Em que se pese as violências e tortura sofridas pelas mulheres transexuais em presídios masculinos, principalmente aqueles não preparados para lidar com a diversidade e expressão de gênero, o relatório oficial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos evidencia que a transferência para uma unidade de presídio feminina não é um desejo de grande parte das encarceradas, aduz-se:

A narrativa majoritária de travestis e mulheres transexuais que não desejam transferência para prisões femininas se mantém, bem como a demanda dos operadores da segurança por formação continuada nos temas referentes à diversidade sexual e de gênero (BRASIL, 2020, p. 80).

O Ministério Público, ainda que dotado dos valores de proteção às garantias fundamentais, olvidou-se em consultar a população alvo do pedido sobre suas reais necessidades. Isto porque o relatório LGBT nas prisões do Brasil coletou informações em todos os estados da federação, apresentando um parecer final por região, no qual incluiu-se inúmeros relatos em que é possível constatar-se a opinião preponderantemente contrária a mudança de estabelecimento (BRASIL, 2020, 126).

A ideia de que os estabelecimentos femininos poderiam oferecer um tratamento mais humanizado, justamente por se proporem a normalizar o padrão feminino, o que estaria respeitando a identidade de gênero dessas mulheres, pauta-se numa idealização do cárcere feminino pensado sob a figura da “mulher delinquente” lombrosiana.

Ao lado da mulher honesta e de boa família condenada por um crime passionai ou culpos, ou que aguarda julgamento, seja por um aborto provocado por motivo de honra, seja por um infanticídio determinado muita vez por uma crise psíquica de fundo puerperal, estão as prostituídas mais sórdidas vindas como homicidas da zona do baixo meretrício, as ladras reincidentes, as mulheres portadoras de tuberculose, sífilis e moléstias venéreas ou de pele, hostis à higiene, quando não atacadas de satiríase, tipos acabados de ninfômanas, que submetem ou procuram submeter pela força as primeiras aos mais repugnantes atos de homossexualismo (SOARES, 2002, p. 56).

Por conta disso, estudos de gênero, analisando a vivência carcerária, cada vez mais relatam os processos de mortificação do *self* feminino e estigmatização de identidades, que podem ser



definidos como rebaixamentos, degradações, humilhações, ou seja, mudanças radicais em sua carreira moral (COSTA, 2011, p. 64, *apud* GOFFMAN, 2003, p. 24).

Não obstante, impende salientar que se trata de estudos sobre mulheres cisgênero, ou seja, mulheres que foram socialmente aceitas e reconhecidas enquanto gênero feminino, como seres marcados por certas identidades padronizadas, normalmente ligadas à maternidade e ao cuidado, que por conta da experiência carcerária, sofrem com a perda dessa identidade, além de outras questões de gênero, como abandono afetivo (COSTA, 2011, p. 56).

Assim, as experiências transgêneras apresentam peculiaridades por diversas vezes opostas aos problemas vivenciados por mulheres cisgênero em cárcere, visto que a perda de sua identidade de gênero não é a maior questão nas prisões. Pelo contrário, o relatório federal (2020) demonstra que, apesar das violências vivenciadas, mulheres transexuais e travestis majoritariamente não querem ser transferidas unidades femininas por motivos de ordem material e de formação de vínculos.

Por fim, quando consultadas sobre uma eventual transferência para uma prisão feminina, as travestis e mulheres trans que participaram da pesquisa foram unânimes em dizer que não teriam interesse em uma transferência. Uma delas diz: “eu não conseguiria me adaptar. Um monte de mulher, ia ser bem difícil. É que lá a gente não ia ter nossos companheiros como a gente tem”. Entretanto, outra pontuou que desejaria fazer a retificação do prenome no registro civil contanto que isso não implicasse na transferência para uma prisão feminina (BRASIL, 2020, p. 40).

Além disso, como essa população sofre com o abandono familiar, o estabelecimento de vínculos afetivo-sexuais acaba por abrandar o sofrimento psíquico que o encarceramento produz (BRASIL, 2020, p. 124).

Observa-se, portanto, que essas mulheres não deixam de se reconhecer enquanto gênero feminino por estarem custodiadas em um presídio masculino. Em oposição ao que se imagina, esses estabelecimentos possibilitam-lhes a criação de vínculos afetivos, ou seja, relacionar-se com homens e possuir parceiros, bem como o acesso a produtos de sobrevivência, como anteriormente explicado, que são postos a venda por conta do excesso. Além disso, nas unidades que contam com a ala especial para LGBTQIA+, existe o respeito de sua identidade de gênero, com a possibilidade de acesso a medicamentos para tratamento hormonal, manutenção do cabelo e vestuário de acordo com a sua identidade (BRASIL, 2020, p. 102).



Além disso, cabe pontuar o eventual constrangimento que mulheres transexuais e travestis e agentes penitenciárias estão sujeitas, durante as vistorias, diante da presença do órgão genital masculino, uma vez que transgeneridade não implica em automática cirurgia de redesignação sexual (BRASIL, 2020, p. 69). Ademais, existem relatos de transfobia praticados por mulheres cisgêneras encarceradas nos presídios femininos em contraposição ao que se idealiza sobre esses locais, fora a péssima convivência.

Eu nunca fui presa, primeira vez que eu fui presa. Nunca fui envolvida com droga nem nada. Eu cheguei no presídio sem nenhuma noção. Eu fiquei com medo de banho de sol, por exemplo, todo mundo fica junto no banho de sol. Não é separado. Isso ficou com medo do assédio, de eu não gostar o outro não gostar e ocorrer confusão. Mas com mulher, por incrível que pareça, é pior que presídio de homem. Elas brigam muito. Brigam porque a maioria lá é casada com a outra, tem caso com a outra. Aí tudo isso, pronto, mesmo que eu não seja uma mulher, mas que chegasse lá com a aparência de mulher e outra de agradasse de mim (BRASIL, 2020, p. 65).

Eu acho que se eu fosse passar o tempo que eu tou aqui eu passasse lá eu já tinha enlouquecido. Um monte de mulher ao meu redor, eu não ia me sentir bem. Não ia ter o mesmo privilégio que eu tenho aqui de ficar a vontade. Aqui eu me sinto à vontade, num lugar cheio de mulher é diferente. Ter amizade, andar com mulher é bom, mas o convívio é muito ruim. Eu acho que eu ia enlouquecer se eu estivesse lá dentro. Eu prefiro ficar aqui tendo um espaço reservado (BRASIL, 2020, p. 65).

Observa-se que a argumentação ministerial se baseia nas políticas de inclusão adotadas pelas instituições estatais no que concerne ao reconhecimento da identidade de gênero da população, dos quais escolas e hospitais são bons exemplos. No entanto, assumir esse argumento como imperativo para postular a alocação compulsória de mulheres transexuais e travestis é ignorar os danos de ordem física, psicológica e emocional que um encaminhamento indevido pode causar a essas pessoas.

O STF se manifestou, inicialmente, em junho de 2019, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 527, em caráter liminar, sobre a transferência de mulheres transexuais e para presídios femininos, tratando a questão como “uma imposição ao Poder Público”, na qual mulheres transexuais deveriam cumprir sua pena em presídios femininos. A decisão, no entanto, excluiu travestis, contrariando o parecer da Procuradoria Geral da República (PGR) de que elas deveriam ser transferidas aos presídios femininos quando assim optassem. Contudo, sobreveio a nova decisão do Tribunal Supremo, em março de 2021, a qual permitiu a mulheres transexuais e travestis a escolha do estabelecimento prisional para cumprimento de pena, observando, assim as subjetividades e suas reais vulnerabilidades quando encarceradas.



Ao revés disso, o pedido feito pelo *Parquet* sergipano de transferência compulsória desse público de prisões masculinas para femininas, ainda que busque o reconhecimento estatal das identidades de gênero, não observou as reais vulnerabilidades as quais essas mulheres estão submetidas, como tampouco se propôs a entrevistar algumas delas para saber quais são suas demandas e necessidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não são raros os relatos de abusos e discriminações sofridas por mulheres transexuais e travestis. Contudo, não se pode ignorar a preferência desse grupo em estarem em penitenciárias masculinas, apesar de todo o ambiente transfóbico ao qual estão sujeitas, uma vez restou demonstrado tratar-se de uma real necessidade de sobrevivência que somente lhes é oferecida nessas instituições – não se resumindo a uma simples questão de escolha. Assim, o pedido ministerial de transferência dessas mulheres mostra-se como uma arbitrariedade, em uma tentativa estritamente legal de reconhecer suas identidades de gênero, não importando as reais vulnerabilidades ao qual essa população está exposta.

Isto porque, em se tratando de gênero e prisões, mulheres encarceradas são objeto de vergonha, esquecimento e abandono por parte de suas famílias, o que acarreta no fenômeno comum nas penitenciárias femininas: solidão. Por isso, mulheres transexuais e travestis buscam permanecer também nas prisões masculinas, em virtude da criação de vínculos afetivos e sexuais com os outros internos, o que lhes poupa do referido fenômeno.

Além disso, nos presídios masculinos, apesar da transfobia, violências e desrespeitos quanto a sua identidade de gênero, é possível o acesso a alimentos ou produtos essenciais as suas necessidades básicas, como cobertores ou medicamentos, por haver abundância de “sacolas” recebidas por homens encarcerados, cujas famílias não abandonam, que são utilizadas para compor o “mercado interno”, sendo oportunizada a essas mulheres a venda ou troca desses produtos.

Ao analisar o pedido de transferência do Ministério Público Estadual, é notável que o alvitre em proteger o direito ao respeito da identidade de gênero das encarceradas esbarra em outras questões tão importantes quanto aquela, as quais devem ser levadas em consideração, uma vez que é complexa a compreensão de direitos humanos. Ou seja, seria mesmo o ideal para essas mulheres sua alocação



no presídio feminino? Estaria o órgão estadual partindo de uma premissa originada no direito positivado, sem observar as subjetividades envolvidas no caso? Questionamentos assim nos levam invariavelmente a refletir sobre o que queremos proteger e quem de fato estaremos protegendo.

Por óbvio que, uma vez concretizada o pedido ministerial, a proteção a identidade de gênero dessas mulheres estará resguardada, afinal, mulheres transexuais e travestis são mulheres. Entretanto, esse não é um simples debate sobre o uso do banheiro e reconhecimento de gênero. Em se tratando do contexto prisional, reconhecido por suas violações, ao garantir o fundamental, a dignidade humana entra em cheque, quando se discute, além da autoestima (que em um cárcere feminino seria deteriorada diante de todo o processo de mortificação do *self*), o mínimo existencial (alimentação, vestuário, medicamentos, lazer) deve ser avaliado, posto que a opinião majoritária dessa população é de não querer ir, justamente por serem desrespeitadas enquanto mulheres, por mulheres cisgêneras, quanto prejudicaria o acesso a itens essenciais por esse grupo.

Daí porque pensar em direitos sob a ótica geracional, acarretam em sobreposição de alguns sobre outros. Direitos humanos são iguais e interdependentes, interconectados e não hierarquizados. Nesse sentido, as alas LGBTQIA+ surgem como uma resposta lenitiva diante do impasse referente a complexidade de direitos e subjetividades abarcadas. Inclusive, é uma política que mostra resultados positivos nos presídios em que foram implementadas, visto que conta com agentes preparados para atender aquela população, bem como protege, na medida do possível, as garantias básicas e integridade física e mental de seus ocupantes.

O que se depreende, portanto, como medida efetiva a proteção dessas mulheres, não é a necessidade de transferência de presídios, mas a ampliação da ala a outras penitenciárias do estado. Importaria também oferecer cursos e treinamento aos agentes, com intuito capacitá-los quanto aos direitos e tratamentos despendidos a essa população. Ademais, embora as penitenciárias brasileiras tenham instalações precárias, com serviços de baixa qualidade para os/as internos/as, a simples criação de alas destinadas a população LGBTQIA+ não deve ser medida pétrea, posto que se demonstrou a necessidade de ampliar o rol de políticas institucionais a fim de reduzir os riscos e vulnerabilidade dessas mulheres, tais como facilitar o acesso ao tratamento hormonal, acompanhamento psicológico, fornecer vestuário adequado a sua identidade, bem como manutenção da imagem que lhe aprouver.



Assim, o presente trabalho não buscou discutir a hierarquia ou fragmentação de direitos violados dessas mulheres e sim contribuir para a reflexão ao ouvir aquelas que, embora sejam objetos da ação ministerial, não parecem terem sido ouvidas quanto a seus almejos. Enquanto se defende a liberdade e respeito identidade de gênero, olvida-se em enxergar qual local lhes propõem a liberdade de ser, no sentido de existir e resistir em todos os seus aspectos. Posto isto, ao invés de uma transferência forçada, ouvi-las sobre as suas reais demandas, com o propósito de garantir que os espaços já ocupados disponham do essencial e protejam suas vulnerabilidades, parece uma medida de justiça ainda mais revolucionária.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. **Travestis e transexuais e os outros: identidade e experiências de vida**. Niterói: UFF, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31023/18112>> Acesso em 18 de maio de 2021.

ARACAJU. **Ação Civil Pública nº 201911201905**. Ministério Público Do Estado de Sergipe. Promotores de Justiça Maria Lilian Mendes Carvalho, Luís Cláudio Almeida Santos e Francisco Ferreira de Lima Júnior. Disponível em: <<https://www.mpse.mp.br/wp-content/uploads/2019/12/A%C3%A7%C3%A3o-Civil-P%C3%BAblica-Estado-de-Sergipe-Detentas-Trans.pdf>>. Acesso em 2 de maio de 2021

BRASIL. **Lei nº 7.120 de 11 de julho de 1984**. Lei de Execução Penal. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm>. Acesso em 15 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Conselho Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT. **Resolução Conjunta nº 01 de 2014**. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41965371/do1-2018-09-24-resolucao-conjunta-n-1-de-21-de-setembro-de-2018-41965115>. Acesso em 26 de abril de 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. **Relatório LGBT nas prisões do Brasil**: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramentos. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>> Acesso em 12 de maio de 2021.

BRASIL. Ordem dos Advogados do Brasil. **Relatório**: Sistema Prisional do Estado de Sergipe. Comissão de Direitos Humanos da seccional de Sergipe. 2018. Disponível em:



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 15, N.01., 2022, p. 397-419.

Fran Espinoza, Grasielle Borges Vieira de Carvalho e Fernanda Lacerda Chagas Britto

DOI: 10.12957/rqi.2022.57950

<<https://www.conjur.com.br/dl/sergipe-cinco-estados-maior-risco.pdf>>. Acesso em 24 de abril de 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso em Mandado de Segurança nº 51.863**. Acórdão. Mandado De Segurança. Ato Administrativo. Interdição Parcial De Presídio. Pedido De Suspensão Da Interdição Ou Alternativamente A Limitação Do Número Máximo De Internos. Risco De Colapso Do Sistema Prisional. Adoção De Medidas Para Melhoria Das Condições. Segurança Parcialmente Concedida. Recorrente: Estado de Sergipe. Interessado: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado de Sergipe. Relator Ministro Francisco Falcão. 11 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1783454&num_registro=201602255413&data=20181214&peticao_numero=-1&formato=PDF>. Acesso em 20 de abril de 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 527**. Decisão em liminar. Direito Das Pessoas Lgbti. Arguição De Descumprimento De Preceito Fundamental. Transexuais E Travestis. Unidades Prisionais Em Que Deve Ocorrer O Cumprimento De Pena. Proteção Contra Abusos Físicos E Psíquicos. Princípios De Yogyakarta. Requerente: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros. Interessado: Presidente Do Conselho Nacional De Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Relator Ministro Roberto Barroso. 26 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF527_liminar_26jun2019.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 670.422 – Rio Grande do Sul**. Acórdão. Direito Constitucional E Civil. Registros Públicos. Registro Civil Das Pessoas Naturais. Alteração Do Assento De Nascimento. Retificação Do Nome E Do Gênero Sexual. Utilização Do Termo Transexual No Registro Civil. O Conteúdo Jurídico Do Direito À Autodeterminação Sexual. Discussão Acerca Dos Princípios Da Personalidade, Dignidade Da Pessoa Humana, Intimidade, Saúde, Entre Outros, a Sua Convivência Com Princípios Da Publicidade E Da Veracidade Dos Registros Públicos. Presença De Repercussão Geral. Reclamante: S.T.C. Reclamado: Oitava Câmara Cível Do Tribunal De Justiça Do Estado Do Rio Grande Do Sul. Relator Ministro Dias Toffoli. 06 de setembro de 2014. Disponível em: < <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7302788>>. Acesso em 20 de abril de 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. Crocodilo Edições. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Tradução de Renato Aguiar. Editora Civilização Brasileira. 2015.

COSTA, Elaine Cristina Pimentel. **Enfim a liberdade**: as mulheres e a vivência pós-cárcere. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9186/1/arquivo2615_1.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2021.



FERRERIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e Prisões: A Experiência Social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil**. Curitiba. Ed. Multideia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5660/1/000454061-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em 3 de maio de 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1997.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. **Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2008, vol. 11, p. 241-256. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v11n2/a08v11n2.pdf>>. Acesso em 14 de maio de 2021.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 11ª ed. Petrópolis. Vozes, 2003. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/203915/mod_resource/content/1/U-3%20-%20%2810%29%20GOFFMAN%2C%2BE.%2BA%2Brepresenta%C3%A7%C3%A3o%2Bdo%2Beu%2Bna%2Bvida%2Bcotidiana.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2021.

HELPS, Sintia Soares. **Mulheres na prisão: Uma reflexão sobre a relação do Estado brasileiro com a criminalidade feminina**. Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, v. 2, nº 3, 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/19015>>. Acesso em 4 de abril de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se>>. Acesso em 02 de agosto de 2021.

JIMENEZ, Luciene; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **O sexo sem lei, o poder sem rei: sexualidade, gênero e identidade no cotidiano travesti**. Cadernos Pagu, nº 33, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332009000200013&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 18 de abril de 2021.

LIMA, Heloisa Bezerra; NASCIMENTO, Raul Vitor Rodrigues. **Transgeneridade e cárcere: diálogos sobre uma criminologia transfeminista**. Revista Transgressões Ciências Criminais em Debate, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6444>>. Acesso em 20 de maio de 2021.

MARTINES, Fernando. **Brasil tem superlotação carcerária de 166% e 1,5 mil mortes em presídios**. Revista Consultor Jurídico, 22 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-ago-22/brasil-lotacao-carceraria-166-15-mil-mortes-presidios>>. Acesso em 02 de agosto de 2021.

MELO, Laís de. **Sergipe tem 5.469 presos para 3.087 vagas**. Jornal da Cidade. Sergipe, 2019. Disponível em: <<http://www.jornaldacidade.net/cidades/2019/09/311790/sergipe-tem-5469-presos-para-3087-vagas.html>>. Acesso em 2 de agosto de 2021.



ONU - Organização das Nações Unidas. Conselho de Direitos Humanos. **Report of the Special Rapporteur on torture and other cruel, inhuman or degrading treatment or punishment on his mission to Brazil**. 2016. Disponível em: <<https://acnudh.org/load/2016/05/G1601416.pdf>>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

RENZETTI, Claire Marie. **Building a second closet: third-party responses to victims of lesbian partner abuse**. Family Relations, Vol. 38, nº 2, 1989, pp. 157-163. Disponível em: <<https://eric.ed.gov/?id=EJ396305>>. Acesso em 20 de maio de 2020.

SANTOS, Ruth Conceição Farias. **Representações sociais de aprisionados (as) e técnicos (as), sobre os programas de ressocialização (atividades de educação e trabalho) no sistema prisional no Estado de Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4661/1/RUTH_CONCEICAO_FARIAS_SANTOS.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2021.

SERRA, Victor Siqueira. **Pessoa Afeita ao Crime: criminalização de travestis e o discurso judicial criminal paulista**. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, Brasil, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/182087/Serra_VS_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em 02 setembro de 2021.

SOARES, Bárbara Musumeci.; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=dCnqIBT_Ml0C&printsec=copyright#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 14 de maio de 2021.

TRANSRESPECT VERSUS TRANSPHOBIA. **Trans Murder Monitoring results: TMM IDAHOT 2014 Update**. Disponível em: <<http://www.transrespect-transphobia.org/en/tvtproject/tmm-results/idahot-2014.htm>>. Acesso em: 14 maio de 2021.



Sobre as autoras:

Fran Espinoza

PhD em Estudos Internacionais, Universidade de Deusto, ex-bolsista da Cátedra UNESCO-Deusto, Espanha; Foi Researcher Marie Curie Action, Initial Network SPBuild (Comissão Europeia) Universidade de Coimbra, Portugal; Mestre em Estudos Internacionais de Paz, Conflitos e Desenvolvimento, Universidade Jaume I, Espanha. Estágio de pesquisa na Universidade Louvain-la-Neuve, Bélgica. Pós-doutorado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Paraná, Brasil. É professor titular do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Universidade Tiradentes – UNIT, Aracaju, Sergipe, Brasil.

Universidade Tiradentes, Aracaju, SE, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9627223998627491> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7882-5449>

E-mail: espinoza.fran@gmail.com

Grasielle Borges Vieira de Carvalho

Doutora em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo/SP. Docente e Pesquisadora do Mestrado em Direitos Humanos e do Curso de Direito da UNIT/SE.

Universidade Tiradentes, Aracaju, SE, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1559856912843529> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4453-5889>

E-mail: grasiellevieirac@gmail.com

Fernanda Lacerda Chagas Britto

Advogada OAB/SE n. 13033, Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes - UNIT

Universidade Tiradentes, Aracaju, SE, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460636362333698> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3134-7205>

E-mail: flacerda.britto@gmail.com

As autoras contribuíram igualmente para a redação do artigo.



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 15, N.01., 2022, p. 397-419.

Fran Espinoza, Grasielle Borges Vieira de Carvalho e Fernanda Lacerda Chagas Britto

DOI: 10.12957/rqi.2022.57950